

# Aprovado novo teste de urnas

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovaram, ontem, por unanimidade, resolução que regulamenta o número de urnas que poderão ser utilizadas para teste de integridade no dia da eleição, conforme sugestão das Forças Armadas. A Corte vai submeter à testagem entre 32 e 64 urnas eletrônicas.

A realização de um projeto-piloto com o teste das urnas foi acertado em conversas do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, e o Ministério da Defesa. O número de urnas a serem testadas representa entre 5% e 10% dos 640 equipamentos que já passariam por exame-padrão de análise no dia da votação.

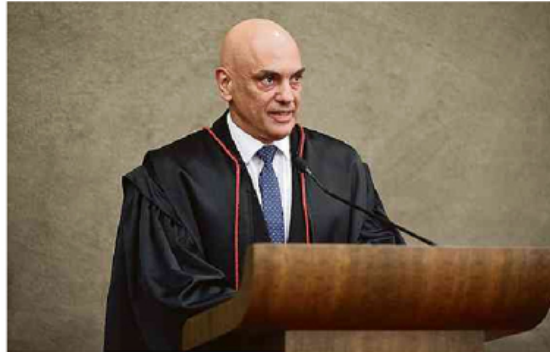
A diferença é que no teste tradicional, as urnas pré-sorteadas eram levadas para simulação de votação nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Já no projeto-piloto, a pedido dos militares, a simulação de votação para testar a urna será feita na própria seção de votação com a participação de eleitores convidados para

acionarem o sistema de biometria.

A partir do acionamento, a urna é ativada, mas o voto simulado não será necessariamente feito pelo eleitor. Pode ficar a cargo de servidores da Justiça Eleitoral. A decisão da Corte pode encerrar um dos últimos e mais tensos pontos de embate com o Ministério da Defesa.

Os militares exigiam que o TSE permitisse a realização de projeto-piloto com o uso da biometria de eleitores nas seções eleitorais, mas encontravam resistência entre os técnicos do tribunal que apontavam em conversas reservadas riscos de “tumulto” nos locais de votação. O impasse foi encerrado no dia 31 de agosto, durante reunião entre o presidente do TSE e o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira.

A resolução aprovada ontem determina que os eleitores interessados em participar do projeto-piloto deverão assinar termo de consentimento formulado pelo TSE. Em relação à localidade das seções em que a



Projeto-piloto foi aceito pelo presidente da Corte, Alexandre de Moraes

testagem será realizada, caberá às comissões de auditoria da Corte Eleitoral dar a palavra final. De acordo com a resolução, os testes devem ser feitos em cinco capitais e no Distrito Federal.

## Histórico

Os testes de integridade dos dispositivos já eram feitos em urnas aleatórias desde 2002, mas com acionamento por servidores

da Justiça Eleitoral, com a finalidade de atestar a confiabilidade dos aparelhos e gerar o último procedimento de auditoria antes do início da votação.

A Corte eleitoral também já garantiu que serão disponibilizados em 2022, em versões digital e impressa, todos os boletins de urna para que partidos, eleitores e entidades independentes possam conferir o resultado de totalização dos votos.

ANTONIO AUGUSTO, TSE, DIVULGAÇÃO, 08/16/022

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Pagina:** 9